

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nas questões que demandem **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas de acordo com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: AGE/PB = Advocacia-Geral do Estado da Paraíba; CE/PB = Constituição do Estado da Paraíba; CF = Constituição Federal de 1988; DF = Distrito Federal; LO-TCE/PB = Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba; MP = Ministério Público; RI-TCE/PB = Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba; SRP = sistema de registro de preços; TCE/PB = Tribunal de Contas do Estado da Paraíba; TCU = Tribunal de Contas da União.

## PROVA OBJETIVA

### Texto 1A1AAA

O medo do esquecimento obcecou as sociedades europeias da primeira fase da modernidade. Para dominar sua inquietação, elas fixaram, por meio da escrita, os traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e todos os textos que não deveriam desaparecer. A pedra, a madeira, o tecido, o pergaminho e o papel forneceram os suportes nos quais podia ser inscrita a memória dos tempos e dos homens.

No espaço aberto da cidade, no refúgio da biblioteca, na magnitude do livro e na humildade dos objetos mais simples, a escrita teve como missão conjurar contra a fatalidade da perda. Em um mundo no qual as escritas podiam ser apagadas, os manuscritos podiam ser perdidos e os livros estavam sempre ameaçados de destruição, a tarefa não era fácil. Paradoxalmente, seu sucesso poderia criar, talvez, outro perigo: o de uma incontrolável proliferação textual de um discurso sem ordem nem limites.

O excesso de escrita, que multiplica os textos inúteis e abafa o pensamento sob o acúmulo de discursos, foi considerado um perigo tão grande quanto seu contrário. Embora fosse temido, o apagamento era necessário, assim como o esquecimento também o é para a memória. Nem todos os escritos foram destinados a se tornar arquivos cuja proteção os defenderia da imprevisibilidade da história. Alguns foram traçados sobre suportes que permitiam escrever, apagar e depois escrever de novo.

Roger Chartier. **Inscrever e apagar**: cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII). Trad.: Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: UNESP, 2007, p. 9-10 (com adaptações).

### QUESTÃO 1

Infere-se do texto 1A1AAA que a escrita é uma

- A forma de evitar o desaparecimento de informações importantes que não deveriam ser esquecidas ou perdidas.
- B manifestação efêmera, que podia ser registrada, depois apagada e, mais tarde, recuperada pela reescrita.
- C tecnologia ambígua, pois é capaz de, ao mesmo tempo, preservar informações úteis e contribuir para a disseminação de textos inúteis.
- D atividade que transforma escritos em arquivos, garantindo, assim, a integridade das informações frente às inconstâncias da história.
- E invenção da primeira fase da modernidade, voltada a manter vivas as memórias sociais e culturais.

### QUESTÃO 2

Seria mantida a correção gramatical do texto 1A1AAA, embora com alteração do sentido original, caso se inserisse uma vírgula logo após a palavra

- A “grande”, no trecho “O excesso de escrita (...) foi considerado um perigo tão grande quanto seu contrário”.
- B “como”, no trecho “o apagamento era necessário, assim como o esquecimento também o é para a memória”.
- C “arquivos”, no trecho “Nem todos os escritos foram destinados a se tornar arquivos cuja proteção os defenderia da imprevisibilidade da história”.
- D “missão”, no trecho “No espaço aberto da cidade, no refúgio da biblioteca, na magnitude do livro e na humildade dos objetos mais simples, a escrita teve como missão conjurar contra a fatalidade da perda”.
- E “inúteis”, no trecho “O excesso de escrita, que multiplica os textos inúteis e abafa o pensamento sob o acúmulo de discursos, foi considerado um perigo”.

### QUESTÃO 3

No texto 1A1AAA, as relações sintático-semânticas do período “Embora fosse temido, o apagamento era necessário, assim como o esquecimento também o é para a memória” seriam preservadas caso a conjunção “Embora” fosse substituída por

- A Consoante.
- B Desde que.
- C Uma vez que.
- D Por conseguinte.
- E Ainda que.

### QUESTÃO 4

Predomina no texto 1A1AAA a tipologia

- A descritiva.
- B expositiva.
- C narrativa.
- D prescritiva.
- E argumentativa.

**Texto 1A1BBB**

Quando nos referimos à supremacia de um fenômeno sobre outro, temos logo a impressão de que se está falando em superioridade, mas, no caso da relação entre oralidade e escrita, essa é uma visão equivocada, pois não se pode afirmar que a fala seja superior à escrita ou vice-versa. Em primeiro lugar, deve-se ter em mente o aspecto que se está comparando e, em segundo, deve-se considerar que essa relação não é nem homogênea nem constante. A própria escrita tem tido uma avaliação variada ao longo da história e nos diversos povos.

Existem sociedades que valorizam mais a fala, e outras que valorizam mais a escrita. A única afirmação correta é a de que a fala veio antes da escrita. Portanto, do ponto de vista cronológico, a fala tem precedência sobre a escrita, mas, do ponto de vista do prestígio social, a escrita tem supremacia sobre a fala na maioria das sociedades contemporâneas.

Não se trata, porém, de algum critério intrínseco nem de parâmetros linguísticos, e sim de postura ideológica. São valores que podem variar entre sociedades e grupos sociais ao longo da história. Não há por que negar que a fala é mais antiga que a escrita e que esta lhe é posterior e, em certo sentido, dependente. Mesmo considerando a enorme e inegável importância que a escrita tem nos povos e nas civilizações ditas “letradas”, continuamos povos orais.

Luiz Antônio Marcuschi e Angela Paiva Dionísio. **Princípios gerais para o tratamento das relações entre a fala e a escrita.** In: Luiz Antônio Marcuschi e Angela Paiva Dionísio. **Fala e escrita.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 26-7 (com adaptações).

**QUESTÃO 5**

Conforme as ideias do texto 1A1BBB,

- Ⓐ do ponto de vista linguístico, fala e escrita são manifestações idênticas, não havendo diferenças entre elas nem superioridade de uma sobre a outra.
- Ⓑ ao longo da história e nas diversas civilizações, identificam-se momentos de maior e de menor valorização da língua escrita.
- Ⓒ em sociedades letradas, a comunicação por meio da escrita supera a comunicação por meio da fala.
- Ⓓ o desenvolvimento da fala e o surgimento da escrita são eventos que, sob o enfoque histórico, se deram exatamente nessa ordem.
- Ⓔ há uma ideologia compartilhada pelas sociedades contemporâneas de associar a escrita a uma manifestação superior à fala.

**QUESTÃO 6**

Em cada uma das opções a seguir, é mostrada uma proposta de reescrita para o seguinte período do texto 1A1BBB: “Não há por que negar que a fala é mais antiga que a escrita e que esta lhe é posterior e, em certo sentido, dependente”. Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém o sentido original e a correção gramatical do referido trecho.

- Ⓐ Não há por que negar que a fala será mais antiga que a escrita e que esta lhe seria posterior e, nesse sentido, dependente.
- Ⓑ Não há por que negar que a fala é mais antiga do que a escrita e que a fala é posterior à ela e, em certo sentido, dependente.
- Ⓒ Não há razão para negar que a fala é mais antiga que a escrita e que essa última é posterior e, em certo sentido, dependente da primeira.
- Ⓓ Não tem por que negar que a fala é mais que a escrita e que esta lhe é posterior e, em sentido certo, dependente.
- Ⓔ Não se pode negar de que a fala é mais antiga que a escrita e de que esta lhe é posterior e, em certo sentido, dependente.

**QUESTÃO 7**

No texto 1A1BBB,

- Ⓐ o termo “lugar”, em “Em primeiro lugar, deve-se ter em mente o aspecto que se está comparando”, foi empregado para delimitar parte de um espaço ou região.
- Ⓑ o vocábulo “constante” foi empregado para qualificar o termo “aspecto”, em “Em primeiro lugar, deve-se ter em mente o aspecto que se está comparando e, em segundo, deve-se considerar que essa relação não é nem homogênea nem constante”.
- Ⓒ a expressão “sobre a”, em “a fala tem precedência sobre a escrita” e “a escrita tem supremacia sobre a fala”, tem o sentido de **a respeito da**.
- Ⓓ o trecho “Quando nos referimos”, em “Quando nos referimos à supremacia de um fenômeno sobre outro”, tem o mesmo sentido de **Caso nos referimos**.
- Ⓔ o vocábulo “logo”, em “Quando nos referimos à supremacia de um fenômeno sobre outro, temos logo a impressão de que se está falando em superioridade”, tem o sentido adverbial de **imediatamente**.

**QUESTÃO 8**

A correção gramatical e o sentido original do texto 1A1BBB seriam preservados caso se substituísse

- Ⓐ “intrínseco” por **inerente**, em “Não se trata, porém, de algum critério intrínseco nem de parâmetros linguísticos”.
- Ⓑ “inegável” por **incerta**, em “Mesmo considerando a enorme e inegável importância que a escrita tem”.
- Ⓒ “orais” por **comunicativos**, em “continuamos povos orais”.
- Ⓓ “equivocada” por **desordenada**, em “Quando nos referimos à supremacia de um fenômeno sobre outro, temos logo a impressão de que se está falando em superioridade, mas, no caso da relação entre oralidade e escrita, essa é uma visão equivocada”.
- Ⓔ “precedência” por **preferência**, em “do ponto de vista cronológico, a fala tem precedência sobre a escrita”.

**QUESTÃO 9**

A regra constitucional que determina que os servidores se aposentem compulsoriamente aos setenta anos de idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ou aos setenta e cinco anos de idade na forma de lei complementar,

- Ⓐ não deve ser observada para os magistrados e membros do MP, que possuem a garantia constitucional de vitaliciedade.
- Ⓑ é exclusiva para os servidores do Poder Executivo, conforme opção do constituinte, motivo pelo qual exclui os servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- Ⓒ não alcança os municípios, que, em razão de sua autonomia, podem fixar outros limites para a aposentaria compulsória.
- Ⓓ abrange todos os cargos efetivos e comissionados da administração pública direta, mas deixa de admitir os entes integrantes da administração indireta.
- Ⓔ aplica-se aos cargos efetivos da União, dos estados, do DF e dos municípios, incluídas suas autarquias e fundações.

**QUESTÃO 10**

Ao tratar dos direitos e das garantias fundamentais, a CF estabelece ser possível a extradição de

- A estrangeiro pela prática de crime político com pena igual ou superior a dez anos de reclusão.
- B brasileiro nato que praticar o crime de tráfico internacional de entorpecentes e drogas afins.
- C brasileiro nato pela prática de qualquer crime comum, desde que haja previsão em tratado internacional.
- D brasileiro naturalizado pela prática de crime comum que tenha ocorrido antes da naturalização.
- E brasileiro naturalizado que praticar no Brasil, em qualquer tempo, crime de homicídio ou latrocínio.

**QUESTÃO 11**

Jorge, cidadão brasileiro com dezoito anos de idade, deseja tomar medida jurídica, sob o fundamento de que determinada prerrogativa inerente a sua cidadania não pode ser usufruída em razão de omissão legislativa na edição de norma regulamentadora de dispositivo constitucional.

Nessa situação hipotética, para buscar tutela jurisdicional, de acordo com o rol de direitos e garantias fundamentais, Jorge deverá valer-se de

- A *habeas data*.
- B mandado de injunção.
- C mandado de segurança.
- D ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- E ação popular.

**QUESTÃO 12**

De acordo com o regime constitucional brasileiro, as denominadas funções de confiança devem ser exercidas

- A por servidor aposentado que retorne ao serviço público para exercer qualquer atividade diversa daquela em que tenha se dado a aposentadoria.
- B somente por quem não possua cargo efetivo, nos limites fixados na legislação, e se destinam apenas à atividade meio.
- C por qualquer cidadão, salvo se forem destinadas a atividades de direção ou assessoramento jurídico.
- D por pessoa natural, com ou sem vínculo com o poder público, e destinam-se a qualquer atividade — meio ou fim — realizada na administração pública.
- E de forma exclusiva por servidor ocupante de cargo efetivo, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

**QUESTÃO 13**

Compete aos tribunais de contas julgar as contas que envolvam recursos financeiros públicos recebidos por

- I pessoa jurídica de direito público.
- II sociedade empresária não integrante da administração pública.
- III gestor público.
- IV pessoa física.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens II e IV estão certos.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 14**

De acordo com os princípios fundamentais estabelecidos na CF, assinale a opção que apresenta, respectivamente, as formas de Estado e de governo adotadas no Brasil.

- A República e presidencialismo
- B Federação e República
- C Federação e presidencialismo
- D presidencialismo e República
- E República e Federação

**QUESTÃO 15**

No que tange à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue os seguintes itens de acordo com a CF.

- I Na realização da atividade de controle externo do Poder Executivo, cabe ao TCU apreciar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República.
- II Cabe ao TCU apreciar concessões de aposentadorias, reformas e pensões, bem como alterações e melhorias posteriores desses benefícios, havendo ou não alteração do fundamento legal do ato concessório.
- III O cidadão não possui legitimidade para denunciar diretamente irregularidades ou ilegalidades ao TCU, devendo, nesses casos, dirigir-se ao MP, que, conforme sua análise, fará o devido encaminhamento da denúncia.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Texto 1A3AAA**

Os dados a seguir apresentam o controle de estoques de determinados itens de uma repartição.

- Item I – consumo médio mensal = 100 unidades; estoque médio = 125 unidades
- Item II – consumo médio mensal = 100 unidades; estoque médio = 100 unidades
- Item III – consumo médio mensal = 80 unidades; estoque médio = 40 unidades
- Item IV – consumo médio mensal = 80 unidades; estoque médio = 200 unidades
- Item V – consumo médio mensal = 120 unidades; estoque médio = 150 unidades

**QUESTÃO 16**

De acordo com os dados do texto 1A3AAA, o maior giro de estoque corresponde ao item

- A I.
- B II.
- C III.
- D IV.
- E V.

**QUESTÃO 17**

Se for utilizada a classificação ABC como critério para o estabelecimento da rotatividade dos estoques de itens listados no texto 1A3AAA, passarão a pertencer a uma mesma classe os itens

- A** I e II.
- B** I e V.
- C** II e III.
- D** III e IV.
- E** IV e V.

**QUESTÃO 18**

Se um órgão da administração pública tiver de adquirir determinado item de material de consumo e pretender fazê-lo mediante licitação pelo SRP, a vigência máxima da ata de registro de preços a ser assinada com o licitante vencedor será de

- A** um ano.
- B** dois anos.
- C** três anos.
- D** quatro anos.
- E** cinco anos.

**QUESTÃO 19**

Na administração pública, a melhor prática para o cadastro de fornecedores consiste em

- A** registrar o maior número possível de fornecedores a partir do contato com sindicatos e associações, sendo dispensável a submissão da listagem inicial de fornecedores aos critérios de seleção predefinidos.
- B** reunir o maior número possível de fornecedores que, em avaliações prévias, preenchem, além dos requisitos básicos, exigências complementares predefinidas.
- C** monitorar o comportamento do mercado fornecedor com o intuito de manter sempre ativos os cadastros dos fornecedores com os três melhores preços.
- D** eleger um fornecedor de qualidade para cada um dos itens de estoque necessários para a construção de parcerias duradouras e fidelizadas.
- E** estabelecer relações diferenciadas com novos fornecedores para conseguir o produto ou serviço mais adequado às necessidades do órgão público.

Espaço livre

**QUESTÃO 20**

Um almoxarifado utiliza o sistema de localização fixa para posicionamento de itens de consumo e segue as melhores práticas de armazenagem descritas na literatura especializada. O espaço de guarda dos itens é dividido em cinco setores, da seguinte forma:

Setores I e II – estantes com prateleiras  
Setores III e IV – estantes com gavetas  
Setor V – paletes

Os setores I e III estão localizados próximos ao escritório e ao depósito de material de limpeza, ao final do espaço de estocagem. Já os setores II, IV e V encontram-se próximos à entrada/saída e ao recebimento.

De acordo com as informações apresentadas, e considerando-se que a variável giro do estoque seja a que definirá a localização do item no espaço físico disponível, a melhor localização para porcas e parafusos, itens de giro rápido, será o setor

- A** I.
- B** II.
- C** III.
- D** IV.
- E** V.

**QUESTÃO 21**

Um almoxarife recebeu uma encomenda de parafusos e, tendo detectado avarias na embalagem, teve dúvidas sobre a integridade do conteúdo.

Nessa situação, o material deve ser rejeitado com base na inspeção

- A** do certificado de qualidade.
- B** dimensional.
- C** documental.
- D** visual.
- E** de identificação.

**QUESTÃO 22**

Durante o inventário de bens patrimoniais na sede de um órgão da administração pública, constatou-se que algumas cadeiras de escritório do setor de compras haviam sido levadas para a sala de reuniões da diretoria.

Considerando-se que os diretores tenham decidido manter referidas cadeiras na sala de reuniões, o recurso administrativo a ser utilizado para regularizar a ocorrência descrita nessa situação hipotética será

- A** a cessão.
- B** a permuta.
- C** a alienação.
- D** o desfazimento.
- E** a transferência.

**QUESTÃO 23**

Bens que podem ser deslocados de posição sem perda de sua constituição física e não podem ser transformados em produtos finais para o mercado são classificados como bens

- A imóveis.
- B depreciados.
- C intangíveis.
- D móveis.
- E semoventes.

**QUESTÃO 24**

Entre as características das organizações formais modernas destacam-se a

- A divisão do trabalho, a especialização e as regras implícitas.
- B hierarquia, o racionalismo e a especialização.
- C resistência às mudanças, o individualismo e a relação de antagonismo.
- D flexibilidade nas atribuições e responsabilidades, o racionalismo e a amplitude administrativa.
- E relação de coesão, a especialização e a colaboração espontânea.

**QUESTÃO 25**

A departamentalização é um método de subdivisão do trabalho e dos trabalhadores em unidades organizacionais distintas. Uma desvantagem da departamentalização funcional está relacionada

- A ao direcionamento da organização para as necessidades do público-alvo, e não para as funções internas.
- B a dificuldades na execução de tarefas complexas e de grande amplitude.
- C a dificuldades de comunicação interdepartamental.
- D à concentração de trabalhadores com habilidades específicas em apenas um foco de atividade.
- E à elevação dos custos administrativos, uma vez que cada unidade tem sua própria equipe especializada em determinada atividade.

**QUESTÃO 26**

Serviço autônomo com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios, criado por lei para executar atividades típicas da administração pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada é o conceito de

- A autarquia.
- B empresa pública.
- C fundação pública.
- D sociedade de economia mista.
- E consórcio público.

**QUESTÃO 27**

No processo de descentralização por serviço, em que o órgão passa a deter a titularidade e a execução do serviço, ocorre

- A a distribuição interna de competências no âmbito de uma mesma pessoa jurídica.
- B o exercício da capacidade administrativa do órgão descentralizado mediante dependência financeira em relação ao poder central.
- C a sujeição do órgão descentralizado a controle — ou tutela —, exercido pelo poder central nos limites da lei para assegurar certa independência ao órgão descentralizado.
- D o uso de patrimônio próprio pelo órgão descentralizado, bem como a sua não sujeição ao princípio da especialização.
- E a sujeição do órgão descentralizado ao princípio da especialização, bem como a sua dependência financeira em relação ao poder central.

**QUESTÃO 28**

O método gerencial de tomada de decisão denominado ciclo PDCA — do inglês *plan, do, check, act* — constitui elemento basilar do sistema de gerenciamento pela qualidade nos processos. De acordo com essa perspectiva, coletar dados e definir metas são atividades a serem realizadas, respectivamente, nas fases de

- A execução e verificação.
- B planejamento e correção.
- C execução e planejamento.
- D verificação e correção.
- E planejamento e verificação.

**QUESTÃO 29**

Assinale a opção correta com relação às cláusulas dos contratos administrativos tomados em seu sentido próprio e restrito.

- A A administração pública poderá rescindir o contrato unilateralmente nos casos de inadimplemento por culpa, insolvência e interesse público, mas não o poderá fazer quando o inadimplemento se dever a caso fortuito ou de força maior.
- B Não cabe ao Estado fazer a retomada do objeto nos casos de rescisão unilateral.
- C As cláusulas contratuais são fixadas previamente, de forma unilateral, pela administração, cabendo ao particular a elas aderir.
- D As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- E É vedado ao Estado exigir garantia em contratos de obra, serviços e compras.

**QUESTÃO 30**

Nas licitações públicas, de acordo com o princípio do julgamento objetivo,

- A** a administração poderá cobrar do licitante qualquer qualificação, ainda que não inserida no edital, desde que a exigência tenha nexos relacionais com o objeto da contratação.
- B** o julgamento do certame deve realizar-se segundo razões de conveniência e oportunidade do gestor.
- C** comprovado o melhor interesse da administração, os critérios de julgamento poderão incluir fatores subjetivos.
- D** concluído o procedimento, a administração estará impedida de atribuir o objeto da licitação a outrem que não o licitante vencedor.
- E** o julgamento do certame deve nortear-se pelo critério previamente fixado no instrumento convocatório, observadas todas as normas a seu respeito.

**QUESTÃO 31**

Se a administração pública de um estado da Federação tiver de contratar um grupo de dança consagrado pela mídia local para festividades do aniversário da capital desse estado, a contratação, nesse caso, deverá ocorrer mediante

- A** concurso.
- B** licitação na modalidade convite.
- C** licitação na modalidade tomada de preços.
- D** dispensa de licitação em razão da escolha do executante.
- E** inexigibilidade de licitação por previsão legal.

**QUESTÃO 32**

Na computação em nuvem (*cloud computing*), que mudou a visão de pessoas físicas e jurídicas acerca de recursos de tecnologia da informação, o modelo que oferece um ambiente sob demanda para desenvolvimento, teste e gerenciamento de aplicações de *software* é denominado

- A** infraestrutura como serviço (IaaS).
- B** *big data* como serviço (BDaaS).
- C** *software* como serviço (SaaS).
- D** plataforma como serviço (PaaS).
- E** dados como serviço (DaaS).

**QUESTÃO 33**

Assinale a opção que apresenta, respectivamente, as extensões dos arquivos dos *softwares* Microsoft Excel 2010, Microsoft Word 97-2003, Bloco de Notas e BrOffice Impress em suas configurações padrão.

- A** .xlsx, .doc, .txt e .odp
- B** .xls, .docx, .txt e .odt
- C** .xlsx, .docx, .txt e .odp
- D** .xlsx, .doc, .txt e .odp
- E** .xls, .doc, .txt e .odt

**QUESTÃO 34**

Entre os vários tipos de programas utilizados para realizar ataques a computadores, aquele capaz de se propagar automaticamente pelas redes, enviando cópias de si mesmo entre computadores, é conhecido como

- A** *spyware*.
- B** *backdoor*.
- C** *trojan*.
- D** *worm*.
- E** *botnet*.

**QUESTÃO 35**

Acerca do uso do Windows Explorer (WE) para o gerenciamento de arquivos, pastas e programas sob os sistemas Windows Vista e Windows 7 Professional, assinale a opção correta.

- A** No WE, para ver a data de modificação de um arquivo, uma possibilidade é selecionar a opção Lista entre as opções de visualização de pastas.
- B** No WE, para se verificar que processador e que quantidade de memória RAM estão instalados no computador, uma opção é clicar o ícone Computador com o botão direito do *mouse* e, em seguida, escolher a opção Propriedades.
- C** Em sua configuração padrão, a área da janela do WE apresenta dois painéis: o do lado esquerdo mostra a árvore de pastas e os arquivos; no do lado direito, visualiza-se o conteúdo dos arquivos.
- D** O WE permite que o usuário criptografe o conteúdo de uma pasta mediante a seguinte sequência de procedimentos: clicar o botão direito do *mouse*, selecionar a opção Criptografar e digitar a senha desejada.
- E** O WE não permite que arquivos localizados na pasta `c:\Windows\system32` sejam removidos, pois eles são arquivos de configuração do sistema operacional.

**QUESTÃO 36**

Os comandos para deletar um arquivo em um utilitário de linha de comando no Windows e no Linux são, respectivamente,

- A** `del` e `rm`.
- B** `delete` e `remove`.
- C** `del` e `remove`.
- D** `delete` e `rm`.
- E** `del` e `delete`.

**QUESTÃO 37**

Na organização de documentos, um processo consiste em

- A** uma unidade de arquivamento que contém o registro de informações sobre arquivos com vistas ao controle físico e intelectual desses arquivos.
- B** um conjunto de documentos que se relacionam entre si por assunto, constituindo uma unidade de arquivamento.
- C** uma representação de documentos ou informações por termos ou descritores que propiciem a recuperação da informação.
- D** um conjunto de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial.
- E** uma unidade documental fisicamente indivisível.

**QUESTÃO 38**

A autuação de documentos avulsos para a formação de processos é obrigatória quando o assunto, tema ou a solicitação requerer análises, informações, despachos, pareceres ou decisões administrativas dos órgãos e das entidades da administração pública federal. A autuação de processos digitais

- A** e as demais informações de identificação do processo devem ser apresentadas separadas das informações de trâmite do processo digital.
- B** tem de ser precedida pelo encaminhamento do processo digital para a unidade administrativa na qual será instruído.
- C** deve associar os documentos digitais de forma que os documentos integrantes de cada processo sejam apresentados sempre na mesma sequência.
- D** é facultada a usuários autorizados pela unidade protocolizadora, sem a necessidade de monitoramento.
- E** deve identificar o processo criado por seu número, sua data de autuação e seu interessado. O código de classificação e o nome da unidade administrativa são informações opcionais, que podem ser incluídas a qualquer momento.

**QUESTÃO 39**

Quando receber um processo com autuação e numeração única de processo já feitas por outro órgão, o órgão recebedor deverá

- A** inserir nova numeração ao processo, que passará a contar com dois registros, e alterar o nome do interessado, registrando nessa opção o seu próprio nome.
- B** identificar esse processo pelo número de origem além do nome do órgão ou do interessado.
- C** inutilizar a numeração única de processo já existente e adotar uma nova sequência numérica para identificar esse processo.
- D** dar seguimento à tramitação desse processo, sendo dispensável o registro de seu recebimento pelo protocolo.
- E** usar novo número de identificação no processo, alterando também os demais dados de cadastro preexistentes.

**QUESTÃO 40**

Com referência a formas de registro e recebimento de documentos digitais, julgue os itens a seguir.

- I O recebimento de documentos digitais pode ser centralizado em uma unidade de protocolo.
- II O recebimento de documentos digitais pelo correio eletrônico é proibido, pois esse método não oferece garantia de autenticidade e confiabilidade.
- III O recebimento de documentos digitais em mídias removíveis poderá ser realizado a critério do órgão ou da entidade, sendo facultada a entrega do objeto na unidade de protocolo ou diretamente na unidade destinatária.
- IV O envio de documentos digitais poderá ser realizado de forma descentralizada, diretamente para o destinatário.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** I e IV.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

**QUESTÃO 41**

Na tramitação de documentos,

- A** o registro da movimentação do documento, que facilita investigação posterior em caso de extravio, é facultativo, desde que sejam criados mecanismos de recuperação das informações.
- B** a unidade protocolizadora do órgão destinatário deverá manter registro que permita a identificação do órgão remetente quando ocorrer trâmite externo.
- C** a movimentação do documento deverá ser registrada desde a sua produção ou recepção até o cumprimento de sua função administrativa.
- D** a unidade protocolizadora responsável pelo trâmite é dispensada de cadastro prévio.
- E** o controle da tramitação é desnecessário para o caso de documentos digitais, uma vez que não existe movimentação física de documentos.

**QUESTÃO 42**

No desenvolvimento de suas atividades, um servidor notou o extravio de um processo administrativo. Imediatamente, informou o fato à autoridade competente do órgão, a qual iniciou a apuração dos fatos por meio de sindicância.

Nessa situação hipotética, a sindicância instaurada pela autoridade do órgão constitui requisito inicial do procedimento de

- A** encerramento de volume.
- B** abertura de volume.
- C** entrada.
- D** desentranhamento.
- E** reconstituição de processo.

**QUESTÃO 43**

Se conflitos internos entre servidores de um órgão público, de conhecimento exclusivo da administração, prejudicarem a qualidade do atendimento prestado ao cidadão, o trabalho em equipe estará comprometido no tocante à

- A** personalidade dos servidores.
- B** opinião pública sobre a eficiência do órgão.
- C** compreensão mútua entre servidores e cidadãos.
- D** eficácia no comportamento interpessoal.
- E** opinião pública sobre os servidores.

**QUESTÃO 44**

Um servidor de determinado órgão público, embora com reconhecida capacidade técnica para tratar dos assuntos da sua área de atuação, prefere trabalhar sozinho, por intolerância com o ritmo de trabalho dos colegas e com o alegado descabimento das perguntas dos clientes sobre assuntos óbvios.

Nessa situação hipotética, para a melhoria do trabalho em equipe, o referido servidor deverá

- A** desenvolver sua competência interpessoal para lidar eficazmente com as outras pessoas, de maneira adequada às necessidades apresentadas.
- B** lidar com os conflitos de equipe de modo espontâneo para melhorar a imagem do órgão junto à sociedade.
- C** concentrar-se nas necessidades do bom desempenho coletivo para abstrair-se de suas características de personalidade.
- D** evidenciar seu autoconhecimento para aprimorar os fatores positivos de relacionamento e cortesia.
- E** demonstrar autoconfiança quanto ao seu conhecimento técnico para atuar com mais flexibilidade e receptividade.

**QUESTÃO 45**

Tendo tomado as devidas providências para a solução de um processo que tramita em determinado órgão público, um cidadão, reiteradas vezes, já se dirigiu ao setor de atendimento e, embora tenha recebido tratamento respeitoso e gentil dos atendentes, com esclarecimentos acerca dos procedimentos necessários para finalizar o problema, continua sendo informado de que o processo permanece inconcluso.

Nessa situação hipotética, a pendência deve-se ao fato de o órgão em questão apresentar problema relacionado à falta de

- A** eficiência.
- B** discricção.
- C** comunicabilidade.
- D** tolerância.
- E** cortesia.

**QUESTÃO 46**

Com base na Lei Complementar n.º 58/2003 do estado da Paraíba — que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis desse estado —, assinale a opção correta acerca do exercício do cargo pelo servidor público.

- A** Se não entrar em exercício dentro do prazo previsto na lei, o servidor será demitido do cargo.
- B** O regime semanal de trabalho é de, no máximo, quarenta horas, respeitadas a duração diária mínima de quatro horas e a máxima de oito horas.
- C** A promoção do servidor público suspende a contagem do tempo de exercício.
- D** A entrada em exercício ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.
- E** A entrada em exercício acontecerá no prazo máximo de quinze dias contados da posse.

**QUESTÃO 47**

De acordo com a terminologia adotada pela Lei Complementar n.º 58/2003 do estado da Paraíba, a remuneração

- A** é limitada pelo teto fixado na CF para o serviço público estadual.
- B** será paga integralmente ao servidor, sem desconto de faltas ao serviço.
- C** é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- D** é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pessoais estipuladas por portaria do órgão competente.
- E** é irredutível, ressalvadas as exceções previstas em lei.

**QUESTÃO 48**

Com base no disposto na LO-TCE/PB acerca das sanções aplicáveis pelo TCE/PB, julgue os itens que se seguem.

- I Quando o responsável for julgado em débito, o tribunal poderá condená-lo a repor ao erário o valor atualizado do dano, acrescido de multa de até 50% do mesmo valor.
- II O tribunal poderá, por meio do MP, solicitar à AGE/PB o arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito.
- III O tribunal poderá aplicar multa aos responsáveis por sonegação de processo, documento ou informação, em inspeções ou auditorias realizadas pelo tribunal.
- IV O tribunal poderá, por maioria absoluta de seus membros, inabilitar infrator, pelo período de até dez anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

**QUESTÃO 49**

De acordo com a CE/PB, compete ao TCE/PB, no exercício do controle externo,

- A** avaliar a execução dos programas de governo e dos orçamentos do estado.
- B** avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual.
- C** comprovar a legalidade e avaliar os resultados da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- D** apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta.
- E** exercer o controle das operações de crédito, garantias e avais do estado.

**QUESTÃO 50**

Conforme o RI-TCE/PB, é permitido aos conselheiros do TCE/PB

- A** dedicar-se a atividade político-partidária.
- B** manifestar opinião à imprensa oficial sobre processo pendente de julgamento.
- C** exercer direção remunerada de fundação sem finalidades lucrativas.
- D** exercer, concomitantemente ao cargo de conselheiro, profissão liberal ou emprego particular.
- E** exercer, concomitantemente ao cargo de conselheiro, uma função de magistério.